



TÉCNICO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS PROVA II

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Contabilidade Geral

1

Em 01/12/X0, uma sociedade empresária adquiriu ações de emissão própria para mantê-las em tesouraria por R\$100.000. Na aquisição, incorreu em custos de transação de R\$15.000.

Assinale a opção que indica a contabilização da aquisição pela sociedade empresária.

- (A) D- Capital Social: R\$115.000;
C- Ações em tesouraria: R\$115.000.
- (B) D- Ações em tesouraria: R\$115.000;
C- Caixa: R\$115.000.
- (C) D- Despesas: R\$115.000;
C- Capital Social: R\$115.000.
- (D) D- Ações em tesouraria: R\$100.000;
D- Despesas: R\$15.000;
C- Caixa: R\$115.000.
- (E) D- Despesas: R\$15.000;
D- Capital Social: R\$100.000;
C- Caixa: R\$15.000;
C- Ações em tesouraria: R\$100.000.

2

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não podem exigir que as entidades forneçam informações diretamente a eles, sendo, portanto, os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Nesse sentido, em relação aos relatórios financeiros para fins gerais, de acordo com o Pronunciamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Destinam-se a apresentar o valor da entidade que reportam.
- (B) Baseiam -se em representações exatas e precisas do que se propõem a apresentar.
- (C) São completos, de modo que os usuários não precisam considerar informações de outras fontes.
- (D) Incluem informações adicionais que são úteis a um subconjunto específico de principais usuários.
- (E) Não são do interesse da administração da entidade que reporta, uma vez que esta obtém, internamente, as informações financeiras de que precisa.

3

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

Ativo Circulante	102.000	Passivo Circulante	8.000
Caixa	50.000	Salários a pagar	8.000
Estoques	20.000	Passivo não Circulante	30.000
Despesas antecipadas	12.000	Empréstimos	30.000
Clientes	20.000		
Ativo não Circulante	42.000	Patrimônio Líquido	106.000
Realizável a Longo Prazo		Capital Social	100.000
Despesas antecipadas	12.000	Reserva de Lucros	6.000
Imobilizado			
Veículos	50.000		
Depreciação Acumulada -	20.000		
Ativo Total	144.000	Passivo + PL	144.000

As despesas antecipadas dizem respeito ao aluguel de uma sala comercial durante o ano e abrangem o período de doze meses.

Os veículos têm vida útil estimada em 5 anos e valor residual zero.

Em janeiro de X1, aconteceram os seguintes eventos:

- Pagamento dos salários do período anterior;
- Recebimento do saldo com clientes;
- Venda de todo o estoque por R\$50.000, sendo metade à vista e metade com recebimento em 60 dias. A inadimplência é estimada em 3%;
- Reconhecimento de despesas gerais, no valor de R\$5.000;
- Reconhecimento da despesa de depreciação e do aluguel.

Assinale a opção que indica o lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social da sociedade empresária, em 31/01/X1.

- (A) R\$12.167.
- (B) R\$22.417.
- (C) R\$22.750.
- (D) R\$23.167.
- (E) R\$23.500.

4

Uma sociedade empresária que presta serviços de auditoria possui um terreno que é mantido para valorização de capital a longo prazo.

Em relação à mensuração do terreno no balanço patrimonial da sociedade empresária, ela deve

- (A) usar o método do custo.
- (B) usar o método do valor justo.
- (C) usar o método do custo de reposição
- (D) escolher entre o método do valor justo e o método do custo.
- (E) escolher entre o método do valor justo e o método do valor presente.

5

Uma sociedade empresária, que prestava serviços de consultoria, apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0:

Ativo Circulante	100.000		
Caixa	100.000		
Ativo não Circulante	34.000	Patrimônio Líquido	134.000
Realizável a Longo Prazo		Capital Social	200.000
IR Diferido- Crédito Fiscal	34.000	Prejuízos Acumulados	- 66.000
Ativo Total	134.000	Passivo + PL	134.000

Neste ano, o prejuízo fiscal foi de R\$100.000.

No ano de X1, aconteceram os seguintes fatos:

- Reconhecimento de receitas: R\$500.000;
- Reconhecimento dos custos: R\$200.000;
- Reconhecimento de despesas gerais tributáveis: R\$100.000;
- Reconhecimento de provisão para contingências: R\$50.000.

Assinale a opção que indica o lucro líquido na Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade empresária, em 31/12/X1, considerando alíquota de imposto sobre a renda e contribuição social de 34%.

- (A) R\$59.400.
 (B) R\$76.560.
 (C) R\$85.536.
 (D) R\$88.902.
 (E) R\$99.000.

6

Em 01/01/X0, uma sociedade empresária contrai um empréstimo bancário de longo prazo no valor de R\$100.000. Pelo empréstimo, ela reconhece e paga juros trimestrais de R\$10.000.

Na elaboração de sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, os contadores da sociedade empresária optam por não seguir o encorajamento do Pronunciamento Técnico CPC 03 (02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, evidenciando o fato em nota explicativa.

Assinale a opção que indica o impacto gerado na Demonstração dos Fluxos de Caixa da sociedade empresária, em 31/12/X0.

- (A) Aumento de R\$60.000 na atividade operacional.
 (B) Aumento de R\$60.000 na atividade de investimento.
 (C) Aumento de R\$60.000 na atividade de financiamento.
 (D) Aumento de R\$100.000 na atividade de financiamento e diminuição de R\$40.000 na atividade operacional.
 (E) Aumento de R\$100.000 na atividade de investimento e diminuição de R\$40.000 na atividade operacional.

7

Uma sociedade empresária apresenta o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

Ativo Circulante	130.000	Passivo Circulante	12.000
Caixa	90.000	Dividendos a pagar	12.000
Estoques	40.000		
Ativo não Circulante	50.000	Patrimônio Líquido	168.000
Ativo Realizável a Longo Prazo		Capital Social	140.000
Investimentos- LP	50.000	Reserva de Lucros	28.000
Ativo Total	180.000	Passivo + PL	180.000

O investimento rende juros de R\$12.000 ao ano.

No ano de X0 aconteceram os seguintes fatos:

- Pagamento dos dividendos que estavam no passivo.
- Venda de todo o estoque por R\$160.000 à vista.
- Reconhecimento e pagamento de despesa de salários no valor de R\$54.000, sendo R\$20.000 a empregados próprios e, R\$34.000, para mão de obra terceirizada.
- Reconhecimento e pagamento de despesas de aluguel de sala comercial utilizada no ano, no valor de R\$36.000.
- Reconhecimento da receita de juros do investimento.
- Reconhecimento do imposto sobre a renda com base na alíquota de 24% do lucro antes do imposto sobre a renda.
- Distribuição de 25% do lucro líquido a título de dividendos.

Os contadores elaboraram a Demonstração do Valor Adicionado do seguinte modo:

Distribuição do Valor Adicionado	%
Pessoal	(A)
Impostos, taxas e contribuições	(B)
Remuneração de capital de terceiros	(C)
Remuneração de capitais próprios	(D)

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o preenchimento correto da tabela de A a D, considerando que não há diferença entre o tratamento contábil e o tributável.

- (A) 16,67%; 8,40%; 38,33%; 36,60%.
 (B) 18,18%; 9,16%; 32,73%; 39,93%.
 (C) 18,52%; 9,33%; 42,56%; 29,56%.
 (D) 20,41%; 10,29%; 36,73%; 32,57%.
 (E) 23,24%; 11,71%; 41,83%; 23,22%.

8

De acordo com a modificação trazida pela Lei nº 11.941/2009 à Lei nº 6.404/1976, no balanço patrimonial, as aplicações em instrumentos financeiros e em direitos e títulos de crédito, classificados no ativo circulante ou no ativo realizável, a longo prazo, são avaliadas pelo seu valor justo no seguinte caso:

- (A) são aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
 (B) são aplicações relevantes para a entidade.
 (C) dizem respeito a créditos com sociedades controladas.
 (D) representam investimentos em bancos de primeira linha.
 (E) dizem respeito a vendas a crédito com empresas no exterior.

9

Uma sociedade empresária, que trabalha com a revenda de mercadorias, está localizada em um país onde a inflação é de 30% ao ano.

Em 01/01/X1, seu estoque, que era avaliado pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai), passou a ser avaliado pelo custo médio ponderado móvel.

Ao refazer suas demonstrações contábeis referentes ao ano de X0 pelo método do Custo Médio, em comparação ao método PEPS, e considerando que o custo de compra do produto segue a inflação do país, foi constatado que

- (A) o lucro bruto era maior.
- (B) o lucro líquido era maior.
- (C) a receita de vendas era maior.
- (D) o custo das mercadorias vendidas era menor.
- (E) a despesa com imposto sobre a renda e com contribuição social era menor.

10

Uma sociedade empresária, que presta serviços de consultoria, apresentou os seguintes saldos em sua Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0:

- Receita de serviços: R\$500.000;
- Descontos concedidos: R\$15.000;
- Abatimentos: R\$10.000;
- Juros auferidos: R\$50.000;
- Prêmio de resgate de debêntures: R\$16.000;
- Receita com equivalência patrimonial: R\$20.000;
- Receita de títulos vinculados ao mercado aberto: R\$21.000;
- Custo dos Serviços Prestados: R\$200.000;
- Despesas gerais: R\$80.000;
- Comissões e despesas bancárias: R\$8.000; e
- Variações monetárias das obrigações: R\$18.000.

Assinale a opção que indica o resultado financeiro da sociedade empresária, em 31/12/X0.

- (A) R\$9.000.
- (B) R\$32.000.
- (C) R\$38.000.
- (D) R\$46.000.
- (E) R\$54.000.

Contabilidade Avançada

11

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental relacionada a um ativo não monetário mensurado ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial do seguinte modo:

- (A) redutor da conta do ativo relacionado, apenas.
- (B) receita diferida no passivo, apenas.
- (C) reserva de subvenção no patrimônio líquido, apenas.
- (D) redutor da conta do ativo relacionado ou da receita diferida no passivo.
- (E) receita diferida no passivo ou na reserva de subvenção no patrimônio líquido.

12

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/X0:

Ativo Circulante	110.000		
Caixa	80.000		
Estoques	30.000		
Ativo não Circulante	100.000	Patrimônio Líquido	210.000
Imobilizado		Capital Social	200.000
Terrenos	100.000	Reserva de Lucros	10.000
Ativo Total	210.000	Passivo + PL	210.000

A sociedade empresária avaliava o estoque de acordo com o método PEPS (primeiro que entra, primeira que sai). No ano, os contadores constataram que a informação contábil seria mais relevante ao avaliar o estoque pelo método do custo médio ponderado móvel, procedendo com a modificação. Além disso, foi constatado que a conta Caixa não havia considerado a compra de estoques e foi realizado o reconhecimento contábil para ajustar o efeito no período em que a aplicação prática foi possível.

Assinale a opção que indica a demonstração contábil em que deverão ser contabilizados, respectivamente, os efeitos decorrentes da mudança do método de avaliação do estoque e da diminuição na conta Caixa.

- (A) Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado do Exercício.
- (B) Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Resultados Abrangentes.
- (C) Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Resultado do Exercício.

13

Em 31/12/X0, as Cias X e Y apresentavam os seguintes balanços patrimoniais:

	Cia X	Cia Y
Caixa	25.000	8.000
Estoques		12.000
Investimento (Cia Y)	16.000	
Total do Ativo	41.000	20.000
Capital Social	41.000	20.000
Total do Patrimônio Líquido	41.000	20.000

Em 10/01/X1, a Cia. Y vendeu todo o seu estoque para a Cia. X a prazo por R\$20.000. Em 20/01/X1, a Cia. X vendeu 60% do estoque para terceiros por R\$24.000, a prazo.

Assinale a opção que indica, no balanço patrimonial da Cia. X, em 31/01/X1, o saldo da conta *investimentos*.

- (A) R\$16.000.
- (B) R\$19.200.
- (C) R\$20.800.
- (D) R\$22.400.
- (E) R\$24.000.

14

As Cias. X e Y apresentavam os seguintes balanços patrimoniais, em 31/12/X0.

	Cia X	Cia Y
Caixa	50.000	100.000
Terrenos	80.000	
Investimento (Cia Y)	70.000	
Total do Ativo	200.000	100.000
Capital Social	200.000	100.000
Total do Patrimônio Líquido	200.000	100.000

Em janeiro de X1, a Cia. X vendeu o terreno para a Cia. Y, por R\$90.000 à vista.

Assinale a opção que indica o resultado apurado com a venda do terreno na Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. Y.

- (A) Zero.
- (B) R\$4.000.
- (C) R\$10.000.
- (D) R\$16.000.
- (E) R\$20.000.

15

Em 01/01/X0, a Cia. X adquiriu 100% de participação na Cia. Y, por R\$350.000.

O controle foi transferido em 10/01/X0. Neste dia, a Cia X, com o apoio de uma empresa de consultoria externa, estimou o valor justo dos ativos e dos passivos da Cia. Y, do seguinte modo:

	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo Total	250.000	290.000
Passivo Total	70.000	70.000
Patrimônio Líquido	180.000	220.000

Além disso, o valor justo dos ativos intangíveis não reconhecidos contabilmente na Cia. Y correspondiam a R\$15.000.

Assinale a opção que indica o valor do *goodwill* contabilizado pela Cia. X no momento do reconhecimento contábil da operação.

- (A) R\$45.000.
- (B) R\$60.000.
- (C) R\$115.000.
- (D) R\$130.000.
- (E) R\$170.000.

16

Em relação à taxa aplicada para fins de desconto a valor presente de ativos e passivos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ser líquida de efeitos fiscais.
- (B) É calculada antes dos tributos diretos.
- (C) É calculada antes dos tributos sobre os lucros.
- (D) É calculada com base na taxa dos empréstimos subsidiados.
- (E) Deve seguir a mesma diretriz da taxa de desconto do valor justo.

17

Uma sociedade empresária comercial tem ativo total de R\$400 milhões. No ano de X1, ela resolve começar a atuar no comércio eletrônico, efetuando o arrendamento de um galpão, que será usado entre os meses de junho a dezembro. O valor do arrendamento é de R\$1 milhão e a taxa de desconto, utilizada no período, é de 5%.

A sociedade empresária avalia o melhor modo de contabilização do galpão em suas demonstrações contábeis, seguindo as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)- Arrendamentos, ponderadas com a restrição de custo prevista no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, assinale a opção que indica a contabilização do galpão e sua respectiva justificativa.

- (A) Ativo, com base na continuidade.
- (B) Ativo, com base no prazo de duração do contrato.
- (C) Passivo, com base na continuidade.
- (D) Despesa, com base na atividade fim.
- (E) Despesa, com base no prazo de duração do contrato.

18

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, a mensuração do valor justo presume que a transação para a venda do ativo ocorre no mercado principal para o ativo ou, em sua ausência,

- (A) em fatos históricos mais recentes.
- (B) no mercado mais similar para o ativo.
- (C) no mercado mais vantajoso para o ativo.
- (D) com base nos preços cotados no mercado internacional.
- (E) no mercado em que a empresa comprou o bem no passado.

Auditoria

19

As evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões.

A medida da qualidade da evidência de auditoria é a adequação da evidência, de modo que o fornecimento de suporte às conclusões em que se baseia a opinião do auditor seja

- (A) relevante e neutra.
- (B) verificável e neutra.
- (C) relevante e confiável.
- (D) tempestivo e verificável.
- (E) confiável e tempestivo.

20

Ao auditar uma sociedade empresária, um auditor independente emitiu relatório com opinião adversa.

Assinale a opção que indica quando isso pode acontecer.

- (A) O auditor obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente e concluiu que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.
- (B) O auditor obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente e concluiu que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
- (C) Não foi possível ao auditor obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para fundamentar sua opinião e ele concluiu que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
- (D) O auditor não conseguiu obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a sua opinião e concluiu que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizados.
- (E) O auditor concluiu que, independentemente de ter obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre cada uma das incertezas, não é possível expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis devido à interação das incertezas e seu possível efeito cumulativo sobre essas demonstrações contábeis.

21

O risco de distorção relevante é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.

Um de seus componentes é o risco de controle, que representa o risco

- (A) de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada, quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- (B) de que a pessoa ou a organização com a responsabilidade de supervisionar de forma geral a direção estratégica da entidade e obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade, não corresponda ao perfil desejado.
- (C) de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.
- (D) relacionado à suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, um saldo contábil ou uma divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.
- (E) de que a distorção que pode ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida, tempestivamente, pelo controle interno da entidade.

22

De acordo com a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, o auditor deve determinar o tamanho da amostra suficiente, de modo a reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável.

Assinale a opção que indica um fator cujo efeito é o aumento no tamanho da amostra em testes de detalhe, considerando que não há modificação em outros fatores.

- (A) Aumento na distorção tolerável.
- (B) Estratificação da população, quando apropriado.
- (C) Quantidade de unidades de amostragem na população.
- (D) Aumento no valor da distorção que o auditor espera encontrar na população.
- (E) Aumento no uso de outros procedimentos substantivos direcionados à mesma afirmação.

23

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, por parte dos usuários.

De acordo com a NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, este objetivo é alcançado mediante expressão de uma opinião de que

- (A) as práticas contábeis foram auditadas em sua totalidade.
- (B) o controle interno é confiável e suficiente para o porte da entidade.
- (C) não foram identificadas evidências relacionadas a casos de fraude ou erro durante o processo de auditoria.
- (D) as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (E) a entidade trabalhou em conjunto com os auditores, oferecendo o suporte necessário para que o trabalho fosse concluído com sucesso.

24

Em uma entidade onde existe a função de auditoria interna, o auditor independente espera utilizar o trabalho dessa função para reduzir a extensão dos procedimentos de auditoria a serem diretamente executados por ele e pretende obter assistência direta dos auditores internos.

Em relação aos objetivos desse auditor independente, analise as afirmativas a seguir

- I. determinar se o trabalho da auditoria interna ou se a assistência direta dos auditores internos pode ser utilizado e em quais áreas e em que extensão;
- II. determinar se o trabalho da auditoria interna é adequado para os fins de sua auditoria
- III. dirigir, supervisionar e revisar o trabalho executado pelos auditores internos de forma apropriada.

De acordo com a NBC TA 610 – Utilização do Trabalho de Auditoria Interna, está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

25

De acordo com a NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, os princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o auditor, quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis, listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Integridade.
- (B) Honestidade.
- (C) Objetividade.
- (D) Confidencialidade.
- (E) Competência e zelo profissional.

26

De acordo com a NBC TA 230 (R1) – Documentação de Auditoria, a elaboração de documentação de auditoria suficiente e apropriada aprimora a qualidade da auditoria quando realizada de acordo com a(o)

- (A) tempestividade.
- (B) comparabilidade.
- (C) verificabilidade.
- (D) materialidade.
- (E) conservadorismo.

Análise de Dados

27

O tipo de aprendizado máquina, que consiste em treinar um sistema a partir de dados que não estão rotulados e/ou classificados e utilizar algoritmos que buscam descobrir padrões ocultos que agrupam as informações de acordo com semelhanças ou diferenças, é denominado

- (A) dinâmico.
- (B) sistêmico.
- (C) por reforço.
- (D) supervisionado.
- (E) não supervisionado.

28

Com relação às características de dados abertos, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Reuso e redistribuição*: os dados precisam estar disponíveis integralmente, devendo estar em um formato conveniente e modificável e sob custo não maior que um custo razoável de reprodução.
- II. *Disponibilidade e acesso*: os dados precisam ser fornecidos em condições de reuso e redistribuição, podendo ser recombinados com outros dados.
- III. *Participação universal*: todos os usuários podem usar, reusar e redistribuir o dado sem restrições de áreas de atuação, pessoas ou grupos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

29

O *Power BI* da Microsoft é uma coleção de serviços de *software*, aplicativos e conectores que trabalham em conjunto para transformar fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e mais interativas.

O elemento do *Power BI* que cria relatórios paginados, é denominado

- (A) *Power BI Service*.
- (B) *Power BI Desktop*.
- (C) *Power BI Report Maker*.
- (D) *Power BI Report Builder*.
- (E) *Power BI Reporting Manager*.

30

A estrutura de dados usada em índices multiníveis dinâmicos em banco de dados relacionais, que garantem que tais estruturas sempre estejam balanceadas e que o espaço desperdiçado pela exclusão de itens de dados, se houver, nunca se torne excessivo, é denominada

- (A) fila.
- (B) *hash*.
- (C) *bitmap*.
- (D) árvore B.
- (E) árvore binária.

31

Os *data warehouses* existem para facilitar que analista e tomadores de decisão executem as consultas complexas e ocasionais, fazendo uso intensivo de dados por meio de processamento OLAP.

A operação analítica que se caracteriza por analisar dados em níveis de agregação progressivamente mais detalhados e de menor granularidade, é denominada

- (A) *pivot*.
- (B) *roll-up*.
- (C) *drill-down*.
- (D) *drill-across*.
- (E) *slice and disse*.

32

Leia o fragmento a seguir.

“CRISP-DM é um modelo de referência não proprietário, neutro, documentado e disponível na Internet, sendo amplamente utilizado para descrever o ciclo de vida de projetos de Ciência de Dados. O modelo é composto por seis fases: 1. entendimento do negócio; 2. ____; 3. ____; 4. Modelagem; 5. ____; e 6. implantação”.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima, na ordem apresentada.

- (A) modelagem do negócio – limpeza de dados – teste.
- (B) modelagem de requisitos – raspagem de dados – execução.
- (C) modelagem do negócio – mineração de dados – reexecução.
- (D) compreensão dos dados – preparação dos dados – avaliação.
- (E) mapeamento de metadados – mineração de dados – teste.

33

O módulo *Scorecard and Strategy Management* do *Business Intelligence Enterprise Edition da Oracle* permite que analistas desenvolvam *Balanced Scorecards*.

O módulo fornece perspectivas padrão, em que o analista poderá definir estratégias e estruturas que assegurem estabilidade e sucesso em todas as perspectivas do negócio.

As quatro perspectivas padrão são

- (A) econômica – financeira – custos – KPI.
- (B) econômica – cliente – materiais – desempenho.
- (C) econômica – cliente – fluxo de trabalho – crescimento.
- (D) financeira – cliente – parceiros – aprendizado e crescimento.
- (E) financeira – cliente – processo interno – aprendizado e crescimento.

34

O *Power BI* da Microsoft oferece centenas de tipos de visualização de dados distintas.

A visualização que utiliza mapas com sombreamento ou tonalidades ou padrões para exibir como um valor difere na proporção em uma localização geográfica ou região, exibe, rapidamente, essas diferenças relativas, com sombreamento que varia de claro (menos frequente/inferior) para escuro (mais frequente/mais).

Esse mapa se denomina

- (A) arcGIS.
- (B) do *azure*.
- (C) de árvore.
- (D) coroplético.
- (E) georeferencial.

35

Leia o fragmento a seguir.

“A tarefa de detecção de anomalias é um caso particular de problema de ____, onde a quantidade de objetos da classe alvo (anomalia) é muito inferior à quantidade de objetos da classe normal e, adicionalmente, o custo da não detecção de uma anomalia (____) é normalmente muito maior do que identificar um objeto normal como uma anomalia (____)”

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima, na ordem apresentada.

- (A) aumento de dimensionalidade – redundância – conflito.
- (B) redução de dimensionalidade – ruído – desvio padrão.
- (C) análise associativa – discretização – inconsistência.
- (D) classificação binária – falso negativo – falso positivo.
- (E) análise probabilística – conflito – ruído.

36

Com relação ao algoritmo de K-Means, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Consiste em fixar k centroides de modo quadrático, sendo um para cada novo *cluster*.
- () Associa cada indivíduo ao centroide do seu vizinho, obtido pelo cálculo da minimização da soma quadrática das distâncias entre os dados e os centroides mais próximos.
- () Recalcula os centroides com base nos indivíduos classificados.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

Economia

37

Um bem inferior é um bem para o qual, *ceteris paribus*,

- (A) um aumento de seu preço leva à redução da sua demanda.
- (B) um aumento de seu preço leva ao aumento da sua demanda.
- (C) um aumento de renda leva ao aumento da sua demanda.
- (D) um aumento de renda leva à redução da sua demanda.
- (E) um aumento de seu preço leva ao aumento da demanda de seu substituto.

38

Assuma que a economia possua apenas um mercado financeiro, o mercado de fundos para empréstimos. Poupadores e tomadores de crédito se encontram nesse mercado para realizar transações.

Assinale a opção que indica a estatística descritiva que **não** descreve corretamente a dinâmica desse mercado.

- (A) Quando o governo reduz o imposto aplicado sobre a poupança, a oferta de fundos aumenta e a taxa real de juros diminui.
- (B) Quando o governo gera crédito tributário sobre a investimento, a demanda por fundos aumenta e a taxa real de juros aumenta.
- (C) Quando o governo incorre em déficit orçamentário, a oferta de fundos se contrai, o que eleva a taxa real de juros.
- (D) Quando o governo aumenta a poupança nacional por meio de superávit orçamentário, a taxa real de juros se reduz e o investimento aumenta.
- (E) Quando o governo reduz a poupança pública, via queda da carga tributária, eleva-se o investimento via tomada de crédito, levando à redução do efeito *crowding-out*.

39

Assinale a opção que apresenta uma característica da moeda de curso forçado (*fiat money*).

- (A) Ela toma a forma de uma mercadoria com valor intrínseco.
- (B) Ela pode ser adotada como meio de troca, mesmo sem autorização do governo.
- (C) Ela não possui a propriedade de reserva de valor.
- (D) Ela não possui valor intrínseco, sendo autorizada pelo governo.
- (E) Ela não possui unidade de conta.

40

O PIB a custo de fatores menos o PIB a preços de mercado ($PIB_{cf} - PIB_{pm}$) fornece

- (A) a soma de juros, lucros e aluguéis.
- (B) os subsídios líquidos de impostos indiretos.
- (C) uma depreciação.
- (D) o negativo da renda líquida enviada ao exterior.
- (E) os impostos diretos líquidos de subsídios tributários, financeiros e creditícios.

41

Assinale a opção que indica o fator que torna a oferta mais elástica.

- (A) Maior horizonte temporal de análise.
- (B) Limitação na oferta de terrenos.
- (C) Choque positivo na oferta de insumos produtivos.
- (D) Disponibilidade de substitutos próximos.
- (E) Bens menos necessários.

42

Considere o modelo da fronteira de possibilidades de produção (FPP).

Assinale a opção que apresenta a situação em que a economia **não** opera na FPP.

- (A) A economia obtém o máximo dos recursos disponíveis.
- (B) O custo de oportunidade de um bem é medido em termo do outro bem.
- (C) A economia de mercado gera resultado eficiente.
- (D) Não há tecnologia disponível que permita ampliar a produção de um dos bens sem reduzir a do outro bem.
- (E) O elevado desemprego gera escassez de mão de obra e a produção dos bens se reduz.

43

Considerando a 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A conta Investimento Direto é composto por duas subcontas: participação no capital (*equity*) e dívida intercompanhia, que inclui todas as modalidades de crédito entre empresas de mesmo grupo econômico, em relação de investimento direto.
- () O BPM6 passou a adotar o critério de ativos e passivos, no qual não é mais preciso identificar a matriz.
- () Os erros e Omissões são obtidos a partir do saldo da Conta Financeira deduzido dos saldos de Transações Correntes e da Conta Capital.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

44

Suponha que uma sociedade empresária atue em um mercado de concorrência perfeita e que sua função custo é igual a

$$c(q) = 10 + 2q + q^2.$$

Logo, se o preço de mercado for igual a 12, então o lucro máximo dessa sociedade empresária será igual a

- (A) 0.
- (B) 10.
- (C) 15.
- (D) 30.
- (E) 48.

Direito Tributário

45

O ICMS é uma grande fonte de receita dos Estados da Federação, sendo normal que estes busquem sempre mais arrecadação para custear os serviços oferecidos à população.

Sobre o ICMS, é correto afirmar que ele **não** incide sobre

- (A) as operações interestaduais relativas à energia elétrica e ao petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
- (B) as operações interestaduais relativas à energia elétrica e ao petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, destinados a qualquer fim.
- (C) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- (D) as operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- (E) a entrada de mercadoria ou bens importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.

46

Em relação ao ICMS, os Estados e o Distrito Federal podem celebrar convênio sobre remissão de créditos tributários decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com a Lei Complementar exigida pela Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Só podem tratar de créditos tributários devidamente constituídos.
- (B) Necessitam ter a participação de metade das unidades federadas.
- (C) Tem que ser aprovados pelo CONFAZ no prazo de 120 dias.
- (D) Necessitam da participação de 1/3 das unidades federadas de cada uma das 5 regiões do país (SE, NE, N, S e CO).
- (E) Não precisam ser publicados em seus Diários Oficiais.

47

O Imposto sobre a Renda é um tributo de arrecadação essencial para o Fisco, tanto pelo montante arrecadado como pela fiscalização decorrente dele.

O produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda será

- (A) repartido pela União com os Estados e Distrito Federal no percentual de 22% (vinte e dois por cento).
- (B) repartido pela União no percentual de 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento) com o Fundo de Participação dos Municípios.
- (C) repartido pela União no percentual de 50% (cinquenta por cento) apenas com os Estados, o Distrito Federal e os municípios por meio de seus Fundos de Participação.
- (D) repartido pela União com os Municípios no percentual de 50% (cinquenta por cento).
- (E) Exclusivamente da União.

48

A sociedade empresária Beta alterou sua sede para uma cidade extremamente distante a qual só é possível chegar de barco e gastando mais de um dia de viagem, mas deixou filiais na Capital do Estado. A sociedade empresária impugnou autuações recebidas nas filiais em que ocorreram os fatos que deram origem à obrigação, por não ser o seu domicílio tributário.

Sobre a posição da sociedade empresária Beta, assinale a afirmativa correta.

- (A) Assiste razão à sociedade empresária, pois a Receita Estadual não pode discriminar a sede da empresa.
- (B) A Receita Estadual só pode mandar as autuações para outros endereços, após 3 tentativas de encontrar os responsáveis pela sociedade empresária.
- (C) A Receita Estadual está errada, não podendo atribuir à sociedade empresária, sua falta de estrutura.
- (D) Não assiste razão à sociedade empresária, pois a Receita Estadual pode, ao seu arbítrio, escolher qual o domicílio tributário da sociedade empresária.
- (E) Não assiste razão à sociedade empresária, pois a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

49

A pessoa jurídica Espectro, em processo de falência, foi alienada judicialmente para a sociedade empresária Ômega, que manteve o mesmo nome e as mesmas lojas daquela.

Em relação aos tributos devidos, a empresa Ômega

- (A) responderá integralmente, por ter adquirido o fundo de comércio e os estabelecimentos.
- (B) Responderá subsidiariamente com o alienante.
- (C) Só responderá se o alienante não continuar no mesmo ramo de comércio.
- (D) Não responderá, por ter havido alienação judicial em processo de falência.
- (E) Não responderá, mesmo que um de seus sócios seja sócio da sociedade empresária Espectro.

50

Um importante tributo da competência dos Estados é o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Sobre o IPVA, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alíquota mínima será fixada pelo Senado Federal.
- (B) A alíquota máxima será fixada pelo Senado Federal e a mínima por cada Estado.
- (C) Não pode ter alíquota diferenciada, em razão do tipo e da utilização.
- (D) A diferença entre alíquota mínima e máxima não pode exceder 100% (cem por cento).
- (E) As alíquotas máximas e mínimas serão fixadas pelo próprio Estado.

51

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, são tributos muito semelhantes, inclusive sendo tratados na mesma lei (Lei nº 9430/1996).

Assinale a opção que apresenta uma diferença entre eles.

- (A) O IRPJ pode ser sobre o lucro real e o lucro presumido, já a CSLL só sobre o lucro real.
- (B) A destinação da CSLL é para a Seguridade Social, enquanto a do IRPJ pode ser utilizada para qualquer despesa do Fisco, após a repartição com Estados e Municípios.
- (C) A arrecadação do IRPJ é toda da União e a da CSLL é dividida com os Estados e os Municípios para estruturar a seguridade dos servidores destes entes.
- (D) A arrecadação do IRPJ é repartida entre os Estados e os Municípios e, a da CSLL, só com os Estados.
- (E) As sociedades empresárias que pagam um tributo não precisam pagar o outro, para evitar *bis in idem*.

52

Sobre a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social, prevista no Artigo 195, inciso II, da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) A contribuição previdenciária custeia unicamente a Previdência Social.
- (B) A contribuição previdenciária custeia apenas a Previdência e a Assistência Social.
- (C) A contribuição previdenciária é cobrada sobre aposentadorias e pensões.
- (D) A contribuição previdenciária custeia a Seguridade Social, que engloba Saúde, Previdência Social e Assistência Social.
- (E) A contribuição previdenciária, ao contrário da que é paga pelos servidores públicos, não tem alíquotas progressivas.

53

Determinado município aprovou uma lei para passar a cobrar um tributo dos moradores dos bairros próximos às novas estações de metrô, para custear as obras e considerando a valorização dos imóveis neles situados.

Assinale a opção que o indica.

- (A) Contribuição Social.
- (B) CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
- (C) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- (D) Empréstimo Compulsório.
- (E) Contribuição de Melhoria.

54

Aluísio Soares importou uma guitarra do exterior para sua coleção e se revoltou ao ter que pagar o ICMS. Ele alega que o instrumento não tem fins comerciais porque ele não toca em público e não auferir nenhuma renda com este *hobby*.

Avalie se Aloísio terá direito a não pagar o tributo e assinale a afirmativa correta.

- (A) O imposto não pode ser cobrado, uma vez provada a falta de intuito comercial da mercadoria importada.
- (B) O imposto pode ser cobrado, porque a Receita Estadual não tem certeza de que ele nunca usará para fins comerciais.
- (C) O imposto não pode ser cobrado, já que não auferir renda ou presta serviços com tal instrumento.
- (D) O imposto pode ser cobrado, pois é contribuinte mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, quem importa bens do exterior.
- (E) O imposto não pode ser cobrado, desde que ele se comprometa a permanecer com o instrumento por cinco anos.

55

Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente, para aplicar a legislação tributária utilizará, segundo a ordem indicada, sucessivamente,

- (A) analogia, equidade, princípios gerais de Direito Público e princípios gerais de Direito Tributário.
- (B) princípios gerais de Direito Tributário, analogia, princípios gerais de Direito Público e equidade.
- (C) analogia, princípios gerais de Direito Público, princípios gerais de Direito Tributário e equidade.
- (D) equidade, analogia, princípios gerais de Direito Tributário e princípios gerais de Direito Público.
- (E) analogia, princípios gerais de Direito Tributário, princípios gerais de Direito Público e equidade.

56

José Sena procura a Receita Estadual após um inventário realizado no Amazonas, para sanar dúvidas sobre o pagamento do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação.

Sobre tal tributo, é correto afirmar que

- (A) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem ou ao Distrito Federal.
- (B) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado da situação do bem.
- (C) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado do domicílio do doador.
- (D) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado em que se processar o inventário ou arrolamento ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (E) terá competência para sua instituição regulada por lei ordinária se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

Legislação Específica do Estado do Amazonas

57

A indústria XYZ adquire uma máquina para seu processo produtivo, não recolhendo o ICMS por esta aquisição para seu ativo permanente imobilizado. Três anos depois compra uma máquina mais moderna e vende aquela.

Sobre o recolhimento do ICMS sobre a primeira máquina adquirida, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sim, na proporção de 40% (quarenta por cento), por faltarem 2 anos para a manutenção do bem no estabelecimento.
- (B) Não, por se tratar de máquinas essenciais para seu processo produtivo.
- (C) Não, só tendo que recolher o ICMS integral da nova máquina.
- (D) Sim, terá que recolher o ICMS integral da primeira máquina adquirida.
- (E) Não, por já ter cumprido o prazo mínimo de três anos da máquina no seu estabelecimento.

58

Eduardo Pereira, adquiriu um veículo e fez o licenciamento numa unidade da Federação diferente de Amazonas, embora sempre tenha residido em Manaus. Agora tomou conhecimento que as alíquotas do IPVA daquele Estado são mais altas do que as do Amazonas.

Assinale a opção que indica, corretamente, onde deve recolher tal tributo.

- (A) Ele pode escolher o Estado da Federação onde recolher.
- (B) No Estado onde fez o licenciamento.
- (C) No Estado do Amazonas, por ser o local de sua residência.
- (D) Durante 5 anos tem que recolher no Estado do licenciamento e, depois, pode fazer a transferência.
- (E) Está isento de IPVA.

59

Os benefícios fiscais no Amazonas somente são concedidos aos produtos resultantes de atividades consideradas de fundamental interesse para o desenvolvimento do Estado e quando atender a determinadas condições, sendo **imprescindível** que

- (A) contribuam para o incremento do volume de produção industrial, agroindustrial e florestal do Estado e promovam investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de processo e/ou produto.
- (B) promovam a interiorização de desenvolvimento econômico e social do Estado e contribuam para o aumento da exportação para os mercados nacional e internacional.
- (C) possuam capital social compatível com o seu volume de produção, faturamento bruto e ativo imobilizado constantes do projeto técnico-econômico.
- (D) contribuam para substituir importações nacionais e/ou estrangeiras e gerem empregos diretos e/ou indiretos no Estado.
- (E) promovam atividades ligadas à indústria do turismo e estimule a atividade de reciclagem de material e ou resíduo sólido a ser utilizado como matéria prima na atividade industrial.

60

Sobre o ICMS no Estado do Amazonas, é correto afirmar que **não** há fato gerador do tributo

- (A) na transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, localizados no Estado.
- (B) nas operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- (C) no ato final do transporte iniciado no exterior.
- (D) na transmissão de propriedade ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.
- (E) no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento.

61

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento.

Assinale a opção que indica os produtos que estão isentos, quando provenientes do exterior.

- (A) Automóveis de passageiros.
- (B) De perfumaria.
- (C) De pesca.
- (D) Bebidas alcólicas.
- (E) Armas e munição.

62

O Estado do Amazonas tem incentivos fiscais e incentivos extrafiscais para as sociedades empresárias que cumprirem as condições propostas nas normas correspondentes.

A sociedade empresária XYZ deseja incentivo extrafiscal e um destes é

- (A) o diferimento.
- (B) o crédito estímulo.
- (C) a isenção.
- (D) a concessão de financiamentos diferenciados.
- (E) o crédito fiscal presumido de regionalização e a redução de base de cálculo do ICMS.

63

O Estado do Amazonas limita a concessão de benefícios fiscais a algumas atividades.

Assinale a opção que apresenta a atividade que poderá ter direito aos benefícios fiscais.

- (A) Fabricação de bebidas alcoólicas industrializadas no interior do Estado, em zonas definidas como prioritárias pelo Poder Executivo, desde que utilizem insumos produzidos no Estado.
- (B) Fabricação de fumo e seus derivados.
- (C) Fabricação de bens que, devido ao seu processo produtivo, causem, de forma mediata ou imediata, impactos nocivos ao meio ambiente.
- (D) Produção, geração e distribuição de energia elétrica.
- (E) Beneficiamento de sal.

64

O governo federal resolve criar uma universidade federal no Amazonas, e o faz, tornando-a uma autarquia.

Em relação ao IPVA, assinale a opção que indica a situação tributária dos veículos utilizados nas atividades essenciais desta universidade.

- (A) Pagam normalmente o IPVA.
- (B) Têm isenção de IPVA.
- (C) Se os veículos tiverem mais de 5 anos, estarão isentos.
- (D) Pagam, mas com um desconto de 50% (cinquenta por cento).
- (E) Não há incidência de IPVA.

65

A empresa Alpha requereu na Receita Estadual a restituição de ICMS referente aos últimos 5 anos, valores que entende terem sido recolhidos além dos devidos, e este requerimento foi indeferido na seara administrativa.

Assinale a opção que indica o prazo para a ação judicial que visa anular este indeferimento.

- (A) O prazo decadencial é de 5 anos, a partir do indeferimento administrativo.
- (B) O prazo é prescricional de 3 anos, admitindo uma interrupção.
- (C) O prazo é decadencial de 3 anos, não admitindo interrupção.
- (D) O prazo é prescricional de 5 anos, admitindo uma interrupção.
- (E) O prazo é prescricional e de 2 anos.

66

A sociedade empresária *Forget All* tem débito de ICMS apurado, resultante de operação não escriturada em livros fiscais. Por esse motivo, é multada pela Receita Estadual.

Assinale a opção que apresenta o percentual dessa multa sobre o valor do imposto devido.

- (A) 50% (cinquenta por cento).
- (B) 75% (setenta e cinco por cento).
- (C) 100% (cem por cento).
- (D) 150% (cento e cinquenta por cento).
- (E) 200% (duzentos por cento).

67

Antônio Loureiro resolve investir parte de seu patrimônio na compra de 4 (quatro) taxis e obteve o licenciamento de todos. Sobre a possibilidade de Antônio Loureiro ter isenção de IPVA, assinale a afirmativa correta.

- (A) Terá isenção apenas em relação a um dos veículos licenciados.
- (B) Terá isenção em relação aos 4 taxis.
- (C) Não terá isenção, pois claramente cobrará diárias de pelo menos três taxis.
- (D) Não terá isenção, pois taxi não tem isenção de IPVA.
- (E) Terá isenção apenas em relação a dois taxis.

68

Determinada sociedade empresária resolve passar a produzir bens na Zona Franca de Manaus, que serão destinados a comercialização no território nacional e busca informações sobre as isenções a que terá direito.

Assinale a opção que indica as isenções a que terá direito.

- (A) do IPI.
- (B) do IPI e do ICMS.
- (C) do IPI e do Imposto de Importação integral.
- (D) do Imposto de Exportação.
- (E) do Imposto de Importação e do ICMS.

69

Mario Silveira requer a restituição de valores pagos acima do que era devido a título de ITBI à Receita Estadual, que defere seu pedido, porém, de ofício, desconta dos valores os 4 (quatro) anos que ele está devendo de IPVA do seu veículo.

Sobre tal conduta, assinale a afirmativa correta.

- (A) Só é possível mediante acordo judicial.
- (B) Não é possível, sendo necessária a propositura de Execução Fiscal para a cobrança.
- (C) É possível, desde que o devedor tenha respondido administrativamente à cobrança do IPVA.
- (D) Não é possível, por não ser o mesmo tributo.
- (E) Sim, é possível tal compensação de ofício pela Receita Estadual.

70

A sociedade empresária Gama comparece à Receita Estadual discordando de que o cálculo do ICMS devido tenha sido feito por estimativa, alegando que o fundamento de ter recolhido valores menores que a média do setor em que atua, a título do referido tributo, não pode justificar tamanha violação.

Sobre a legalidade da atitude do Fisco Estadual, assinale a afirmativa correta.

- (A) É ilegal, pois cabe à Receita fiscalizar qualquer omissão de recolhimento do ICMS e não presumir.
- (B) Não é ilegal, é possível esta estimativa por parte da Receita Estadual, sendo uma das hipóteses de desempenho de recolhimento do ICMS inferior à média do setor, só podendo ser discutido judicialmente tal postura.
- (C) É ilegal, pela vedação do confisco.
- (D) É ilegal, por não ser possível ICMS por estimativa.
- (E) Não é ilegal, mas o contribuinte pode impugnar seu enquadramento, inclusive com a obtenção de efeito suspensivo.

Realização

